

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 33.256.439/0001- 39

NIRE 35.300.109.724

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 19 de abril de 2017

Data, Hora e Local:

Aos 19 de abril de 2017, às 16h, na sede social da Companhia, localizada na Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo.

Presença:

Compareceram: (i) acionistas representando 77,1% do capital social; (ii) o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Lucio de Castro Andrade Filho; (iii) membro do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Pedro Wongtschowski; (iv) o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Thilo Mannhardt; (v) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. André Pires de Oliveira Dias; (vi) membro do Conselho Fiscal da Companhia, Sr. Mario Probst; e (vii) Sr. Guilherme Jorge Dagli Júnior, inscrito no CRC sob o n.º 1SP223225, representando a empresa Deloitte Touche Tohmatsu, auditor independente da Companhia.

Publicações:

Editais de Convocação: Publicado no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo nos dias 18, 21 e 22 de março de 2017 e no jornal Valor Econômico nos dias 20, 21 e 22 de março de 2017.

Aviso aos Acionistas: Dispensada a publicação, tendo em vista a publicação dos documentos a que se refere o art. 133 da Lei das S.A. no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no dia 24 de fevereiro de

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

2017, caderno "Empresarial", às páginas 156 a 169, e no Valor Econômico, no dia 24 de fevereiro de 2017, em caderno especial, às páginas 1 a 10.

Mesa:

Presidente – Marcelo Fernandez Trindade.

Secretária – Sandra López Gorbe.

Ordem do Dia:

De acordo com o Edital de Convocação publicado.

Deliberações:

1. Aprovada, por unanimidade dos acionistas presentes, a lavratura da ata das Assembleias em forma de sumário, conforme dispõe o art. 130, § 1º da Lei das S.A., e autorizada sua publicação com omissão das assinaturas, na forma do § 3º do mesmo artigo, ficando as declarações de voto recebidas pela Mesa devidamente arquivadas na sede da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária:

2. Aprovados, sem emendas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo II à presente ata, com a abstenção dos legalmente impedidos, o relatório e as contas dos administradores da Companhia, bem como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas, devidamente acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

3. Aprovada, sem emendas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo II à presente ata, a destinação do lucro líquido do

período encerrado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 1.561.584.779,95 (um bilhão, quinhentos e sessenta e um milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e nove Reais e noventa e cinco centavos), conforme abaixo:

- a) R\$ 78.079.239,00 (setenta e oito milhões, setenta e nove mil, duzentos e trinta e nove Reais) serão destinados à reserva legal;
- b) R\$ 576.238.395,15 (quinhentos e setenta e seis milhões, duzentos e trinta e oito mil, trezentos e noventa e cinco Reais e quinze centavos) serão destinados à reserva estatutária para investimentos; e
- c) R\$ 907.267.145,80 (novecentos e sete milhões, duzentos e sessenta e sete mil, cento e quarenta e cinco Reais e oitenta centavos) foram destinados para pagamento de dividendos aos acionistas detentores de ações ordinárias, dos quais R\$ 434.618.992,00 (quatrocentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e dezoito mil, novecentos e noventa e dois Reais) foram pagos como dividendos intermediários de acordo com a deliberação do Conselho de Administração de 10 de agosto de 2016. O saldo remanescente dos dividendos ora ratificados, equivalente a R\$ 472.648.153,80 (quatrocentos e setenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, cento e cinquenta e três Reais e oitenta centavos), conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia de 22 de fevereiro de 2017, foi pago aos acionistas a partir do dia 10 de março de 2017. O valor total dos dividendos distribuídos, com base no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, inclui dividendos obrigatórios no montante de R\$ 780.792.389,98 (setecentos e oitenta milhões,

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

setecentos e noventa e dois mil trezentos e oitenta e nove Reais e noventa e oito centavos) e dividendos complementares de R\$ 126.474.755,82 (cento e vinte e seis milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e cinco Reais e oitenta e dois centavos) e representa um dividendo por ação ordinária no valor de R\$ 1,67 (um Real e sessenta e sete centavos).

4. Aprovada, conforme mapa de votação constante do Anexo II à presente ata, a fixação do número de membros para compor o Conselho de Administração em 9 (nove) membros.

5. Aprovada, conforme mapa de votação constante do Anexo II à presente ata, a eleição dos membros do Conselho de Administração abaixo qualificados, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2019, que apreciará os documentos a que se refere o art. 133, da Lei das S.A., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018:

- **ALEXANDRE GONÇALVES SILVA**, conselheiro independente, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 39.565.565-1-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 022.153.817-87, com endereço profissional na Rua Coronel Artur de Paula Ferreira, nº 132, apto. 81, na Cidade e Estado de São Paulo;
- **CARLOS TADEU DA COSTA FRAGA**, conselheiro independente, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 03801559-0/IFP-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 465.343.697-53, com endereço profissional na Rua Cinco de

Julho, nº 304, apto. 1.101, na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro;

- **JORGE MARQUES DE TOLEDO CAMARGO**, conselheiro independente, brasileiro, casado, geólogo, portador da Cédula de Identidade RG nº 293644/SSP-DF e do CPF/MF nº 114.400.151-04, com endereço profissional na Rua Almirante Sadock de Sá, nº 370/101, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro;
- **JOSÉ MAURÍCIO PEREIRA COELHO**, conselheiro independente, brasileiro, casado, formado em Ciências Contábeis, portador da Cédula de Identidade RG nº 06109071-81/IFP-RJ e do CPF/MF nº 853.535.907-91, com endereço profissional na Rua Senador Dantas, nº 105, 40º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro;
- **LUCIO DE CASTRO ANDRADE FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.045.977/SSP-SP e do CPF/MF nº 061.094.708-72, com endereço profissional na Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo;
- **NILDEMAR SECCHES**, conselheiro independente, brasileiro, viúvo, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.997.339-6/SSP-SP e do CPF/MF nº 589.461.528-34, com endereço profissional na Rua Viradouro, nº 63, cj. 132, na Cidade e Estado de São Paulo;
- **OLAVO EGYDIO MONTEIRO DE CARVALHO**, conselheiro independente, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 01.585.449-0/IFP-RJ e do CPF/MF nº 007.260.107-82, com endereço profissional na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, Pav. L2, Sala 101ª, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro;

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

- **PAULO GUILHERME AGUIAR CUNHA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.554.607/SSP-SP e do CPF/MF nº 008.255.498-68, com endereço profissional na Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo; e
- **PEDRO WONGTSCHOWSKI**, brasileiro, divorciado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade nº 3.091.522-3-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 385.585.058-53, com endereço profissional na Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo.

6. Aprovado, sem emendas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo II à presente ata, o limite máximo global anual para a remuneração dos administradores da Companhia em R\$ 66.800.000,00 (sessenta e seis milhões e oitocentos mil Reais) nos termos e composição da proposta apresentada pela Administração arquivada na sede da Companhia.

7. Tendo sido instalado o Conselho Fiscal, a pedido de acionistas que representam mais de 2% (dois por cento) das ações com direito a voto de emissão da Companhia, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM 324/00, aprovada, conforme mapa de votação constante do Anexo II à presente ata, a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal qualificados abaixo, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, que apreciará os documentos a que se refere o art. 133, da Lei das S.A., referentes ao exercício social em curso:

- **FLAVIO CÉSAR MAIA LUZ** (membro efetivo), brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 636.622.138-34,

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

residente e domiciliado na Alameda Canadá, nº 162, Alphaville 2, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo; e

- **MÁRCIO AUGUSTUS RIBEIRO** (membro suplente), brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.211.088-80, residente e domiciliado na Alameda Canadá, nº 43, na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo.
- **NILSON MARTINIANO MOREIRA** (membro efetivo), brasileiro, divorciado, bancário e economiário, inscrito no CPF/MF sob o nº 583.491.386-53, residente e domiciliado na SQNW 111, Bloco B, apto. 313, Edifício Via Ibiza, Cidade de Brasília, Distrito Federal; e
- **PAULO CESAR PASCOTINI** (membro suplente), brasileiro, casado, bancário e economiário, inscrito no CPF/MF sob o nº 246.904.300-04, residente e domiciliado na SQN 305, Bloco L, apto. 111, Edifício Guararapes, Asa Norte, na Cidade de Brasília, Distrito Federal.
- **GERALDO TOFFANELLO** (membro efetivo), brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.257.060-72, residente e domiciliado na Rua Carlos Trein Filho, nº 1.171, apto. 701, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; e
- **PEDRO OZIREZ PREDEUS** (membro suplente), brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.474.508-00, residente e domiciliado na Rua Marechal Hastimphilo de Moura, nº 338-C, apto. 23-B, na Cidade e Estado de São Paulo.

7.1. Aprovada, sem emendas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo II à presente ata, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal ora eleitos, devendo aquele designado como presidente do Conselho Fiscal fazer jus a uma remuneração mensal de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos Reais) e os demais membros efetivos fazer jus a uma remuneração mensal de R\$ 17.110,00 (dezessete mil, cento e dez Reais).

Em Assembleia Geral Extraordinária:

8. Aprovada, sem emendas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo II à presente ata, proposta de plano de incentivo baseado em ações, visando alinhar os interesses de longo prazo entre acionistas, administradores e empregados, bem como a retenção de referidos colaboradores.

9. Aprovado, sem emendas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo II à presente ata, o aumento do capital social da Companhia mediante incorporação da totalidade de recursos registrados na reserva de retenção de lucros, no montante de R\$ 1.333.065.504,08 (um bilhão, trezentos e trinta e três milhões, sessenta e cinco mil, quinhentos e quatro Reais e oito centavos), passando o capital social de R\$ 3.838.686.104,00 (três bilhões, oitocentos e trinta e oito milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, cento e quatro Reais) para R\$ 5.171.751.608,08 (cinco bilhões, cento e setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e oito Reais e oito centavos), sem a emissão de novas ações, considerando a completa execução dos orçamentos de capital atrelados a tal reserva, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

10. Aprovada, sem emendas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo II à presente ata, a reforma e a consolidação do

Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração, publicada em 17 de março de 2017 e do Anexo I à presente ata.

Observações Gerais e Encerramento:

- O Presidente da Mesa registra que recebeu manifestações de votos, incluídas as manifestações do The Bank of New York Mellon com a respectiva tabulação dos votos, as quais ficam arquivadas na sede da Companhia. Em cumprimento ao art. 21, §6º e ao art. 30, §4º da Instrução CVM nº480/09, o total de aprovações, rejeições e abstenções computadas na votação de cada item da ordem do dia encontra-se indicado no Anexo II, o qual, para todos os efeitos, deve ser considerado como parte integrante da presente ata.
- O representante da Aberdeen Asset Management, Sr. Tiago Rodrigues, solicitou constar em ata que, não obstante os votos previamente encaminhados à Companhia indicarem a abstenção quanto à proposta de plano de incentivo baseado em ações, após os esclarecimentos feitos pela Companhia em Comunicado ao Mercado de 03 de abril de 2017, o fundo é favorável à proposta da Administração. Contudo, por força de formalidades operacionais internas não foi possível alterar a tempo os votos encaminhados à Companhia.
- Os acionistas BMO Private Emerging Markets Equity Portfolio; British Columbia Investment Management Corporation; Calvert World Values Funds, Inc. - Calvert Emerging Markets Equity Fund; Desjardins Emerging Markets Fund; Financial Sector Development Fund; The California State Teachers Retirement System; The

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

Nomura Trust And Banking Co., Ltd. Re: Nippon Comgest Emerging Markets Mother Fund; Trust & Custody Services Bank, Ltd. as Trustee for Comgest Emerging Equity Fund, representados pelo escritório Mesquita Pereira, Almeida, Esteves Advogados, fizeram constar que os votos anteriormente por eles proferidos por boletins de voto a distância foram alterados conforme manifestado por seu procurador tendo sido computados desta forma no mapa de votação.

- Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal ora eleitos tomarão posse nesta data, mediante assinatura dos respectivos termos de posse arquivados na sede da Companhia e, tendo sido consultados anteriormente, apresentaram declaração de que não estão incursos em qualquer delito que os impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foram designados, que não ocupam cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não têm interesse conflitante com a mesma, de acordo com o art. 147 da Lei das S.A. e com a Instrução CVM nº 367/02, as quais também foram arquivadas na sede da Companhia. O novo membro ora eleito compromete-se, ainda, a assinar o respectivo Termo de Anuência de que trata o Regulamento do Novo Mercado, conforme aplicável, bem como declaram estar integralmente cientes da Política de Divulgação e Negociação adotada pela Companhia.

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos e lavrada a presente Ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

LUCIO DE CASTRO ANDRADE FILHO – na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração e acionista da Companhia

PEDRO WONGTSCHOWSKI – na qualidade de membro do Conselho de Administração

THILO MANNHARDT – na qualidade Diretor Presidente e acionista da Companhia

ANDRÉ PIRES DE OLIVEIRA DIAS – na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ULTRA S.A. PARTICIPAÇÕES

ANA PAULA SANTORO CORIA; ANDRÉ COVRE; ANDRÉ LUIS POLO; ANDRÉ LUIZ PEDRO BREGION; ANDRÉ PIRES DE OLIVEIRA DIAS; ANDRÉA CAMPOS SOARES; FLÁVIO DO COUTO BEZERRA CAVALCANTI; HELANO PEREIRA GOMES; JOÃO BENJAMIN PAROLIN; JOÃO MARCOS CAZULA; JOSÉ AUGUSTO DUTRA NOGUEIRA; JERÔNIMO JOSÉ MERLO DOS SANTOS; JULIO CESAR NOGUEIRA; LEANDRO DEL CORONA; LEOCADIO DE ALMEIDA ANTUNES FILHO; LUCIANA DOMAGALA; MARCELLO DE SIMONE; MIGUEL LACERDA DE ALMEIDA; MIGUEL ROTHMANN JARROS; PEDRO JORGE FILHO;

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

PLÍNIO LAERTE BRAZ; RODRIGO DE ALMEIDA PIZZINATTO; RICARDO ISAAC CATRAN; ROBERTO KUTSCHAT NETO; TABAJARA BERTELLI COSTA

MONTEIRO ARANHA S.A.

THE BANK OF NEW YORK MELLON

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – PREVI

WOLFGANG EBERHARD ROHRBACH

PARTH DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

BETTINA IGEL HOFFENBERG

JENNINGS IGEL HOFFENBERG

PEDRO IGEL DE BARROS SALLES

CHRISTY PARTICIPAÇÕES LTDA.

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

CLARI FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; COX MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES

TYLER FINANCE LLC; BEWETT INTERNATIONAL LLC; CONSTELLATION MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES

AUDACE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; BTG PACTUAL LS EQUITIES MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; BTG PACTUAL ABSOLUTO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; BTG PACTUAL ABSOLUTO PREVIDÊNCIA FIA; BTG PACTUAL ANDRÔMEDA FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; BTG PACTUAL DIVIDENDOS MASTER FIA; BTG PACTUAL EQUITY HEDGE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; BTG PACTUAL GLOBAL MASTER FIM CP – IE; BTG PACTUAL HEDGE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; BTG PACTUAL HEDGE PLUS FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; BTG PACTUAL ICATU SELECT PREVIDÊNCIA MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO PREVIDENCIÁRIO; BTG PACTUAL MULTI AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; BTG PACTUAL MULTIMANAGER BBDC FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; BTG PACTUAL MULTISTRATEGIES ADVANCED FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; BTG PACTUAL MULTISTRATEGIES ADVANCED PLUS FIM; BTG PACTUAL PENSION FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES PROVIDENCIÁRIO; BTG PACTUAL PENSION MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO PROVIDENCIÁRIO; BTG PACTUAL PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; FI CAIXA BTG PACTUAL X 30 MM LP; FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO PREV 1; FIA AMIS; GERDAU PREVIDÊNCIA FIA 5; BTG PACTUAL GLOBAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES CP - IE

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

GROUPE EQUITY LLC; SQUADRA HORIZONTE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; FPRV SQA SANHACO FIA PREVIDENCIARIO; SNAPPER EQUITY LLC; SQUADRA MASTER LONG BIASED FIA; SQUADRA MASTER LONG ONLY FIA; SQUADRA INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES

NATO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - INVESTIMENTO NO EXTERIOR; MBV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – IE; M SQUARE AÇÕES CSHG MASTER INSTITUCIONAL FIA; M SQUARE AÇÕES CSHG MASTER FIA; M SQUARE BRAZIL VALUE LONG ONLY FUND II LLC; M SQUARE ALISIO FIA; YALE UNIVERSITY

ATMOS INSTITUCIONAL MASTER FIA; ATMOS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; ATMOS TERRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

ABERDEEN BRASIL EQUITY FI; ABERDEEN EMERGING MARKETS EQUITY FUND; ABERDEEN EMERGING OPPORTUNITIES FUND ABERDEEN GLOBAL BRAZIL EQUITY FUND; ABERDEEN GLOBAL - EMERGING MARKETS EQUITY FUND; ABERDEEN GLOBAL EMERGING MARKETS INFRASTRUCTURE EQUITY FUND; ABERDEEN GLOBAL - LATIN AMERICAN EQUITY FUND; AMP CAPITAL FUNDS MGMT LTD EFM INTERNATIONAL SHARE FUND 10; ASSOCIATION D B E D R D P E P D L V M CANADA POST CORPORATION REGISTERED PENSION PLAN COMGEST GROWTH PLC; EDM INTERNATIONAL - EMERGING MARKETS MATIGNON GLOBAL ACTIONS EMERGENTES; RBC QUANT EMERGING MARKETS DIVIDEND LEADERS ETF; THE ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC AS DEP OF AB L A EQUITY FUND

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

**ALLIANZ EQUITY EMERGING MARKETS 1; ESSOR EMERGENT;
MAGELLAN- BANCO SANTANDER S.A.**

**BMO PRIVATE EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO; BRITISH COLUMBIA
INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION; CALVERT WORLD VALUES
FUNDS, INC. - CALVERT EMERGING MARKETS EQUITY FUND; DESJARDINS
EMERGING MARKETS FUND; FINANCIAL SECTOR DEVELOPMENT FUND; THE
CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM; THE NOMURA TRUST
AND BANKING CO., LTD. RE: NIPPON COMGEST EMERGING MARKETS
MOTHER FUND; TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD. AS TRUSTEE FOR
COMGEST EMERGING EQUITY FUND**

BEST INVESTMENT CORPORATION

**FIDELITY FUNDS SICAV; OPPENHEIMERFUNDS ICAV/ OPPENHEIMER
DEVELOPING MARKETS EQUITY; PINEHURST PARTNERS, L.P.
STICHTING JURIDISCH EIGENAAR ACTIAM BELEGGINGSFONDSEN;
VANDERBILT UNIVERSITY**

**AQR FUNDS - AQR EMERGING DEFENSIVE STYLE FUND; AQR FUNDS - AQR
EMERGING MOMENTUM STYLE FUND; BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR
INSURANCE FUND; BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR PENSION FUND
F A S VIII: FIDELITY ADV EMERGING MARKETS FUN; FIDELITY GLOBAL
EMERGING MARKETS FUND; FIDELITY INV. T. FID. EMRG. MARKETS FND
FORSTA AP-FONDEN; FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS
GENESIS EMERGING MARKETS FUND LIMITED; JNL/MELLON CAPITAL
EMERGING MARKETS INDEX FUND; JPMORGAN BRAZIL INVESTMENT TRUST**

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

PLC; JPMORGAN EMERGING MARKETS INVESTMENT TRUST PLC; JPMORGAN FUND ICVC - JPM EMERGING MARKETS FUND JPMORGAN FUNDS; JPMORGAN FUNDS - EMERGING MARKETS EQUITY FUND; JPMORGAN FUNDS LATIN AMERICA EQUITY FUND; JTSB LTD AS TR FOR SUM TR AND BANK CO.,LTD TR F; MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS GLOBAL BALANCED INCOME FUND; MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS LATIN AMERICAN EQUITY FUND; NEW YORK STATE COMMON RETIREMENT FUND; OPPENHEIMER DEVELOPING MARKETS FUND OPPENHEIMER GLOBAL MULTI-ASSET GROWTH FUND; PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; STATE SUPER FINANCIAL SERV INTL EQ SECTOR TRU; STICHING PENSIOENFONDS VOOR HUISARTSEN THE CHANCELLOR, MASTERS & S OF T U OF O T OF THE O F O C A; THE MASTER TRUST BANK OF JAP, LTD. AS TR. FOR MTBJ400045828 ; THE MASTER TRUST BANK OF JAP., LTD. AS TR. FOR MTBJ400045829; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T. FOR MTBJ400045833; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN LTD. AS T. FOR MTBJ400045835; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TR FOR MUTB400045792; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB4000; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T. FOR MUTB400045796; VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F ; VIRTUS EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND

VINCI GAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

BRASIL PLURAL MACRO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; BRASIL PLURAL LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; HERTZ FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO; BRASIL PLURAL IRAÍ FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; BRASIL PLURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; BRASIL PLURAL RETORNO ABSOLUTO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO; BRASIL PLURAL INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; BRASIL PLURAL

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

LONG & SHORT PLUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; BRASIL PLURAL ENERPREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; BRASIL PLURAL PETROS – FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; GERDAU PREVIDÊNCIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES 02; PLURAL CAPITAL EQUITY HEDGE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO TAQUARI; PITUBA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; BRASIL PLURAL PREVIDÊNCIA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; NÚCLEOS I BRASIL PLURAL FIM; NÚCLEOS III BRASIL PLURAL FIA; PLURAL CAPITAL BRAZIL (DE) LLC

BB PREVIDENCIÁRIO AÇÕES GOVERNANÇA FUNDO DE INVESTIMENTO; BB TOP MULTI INSTITUCIONAL LP FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; BB AÇÕES 22 FUNDO DE INVESTIMENTO; BB AÇÕES IBRX ATIVO FI; BB CAP AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO; BB CAP IBOVESPA INDEXADO FIA; BB ECO GOLD FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; BB PREVIDÊNCIA AÇÕES FI; BB TERRA DO SOL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; BB TOP AÇÕES IBOVESPA INDEXADO FI; BB TOP AÇÕES IBRX INDEXADO FI; BRASILPREV TOP A FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; BB TOP AÇÕES DUAL STRATEGY FUNDO DE INVESTIMENTO; CLUBE DE INVESTIMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DA NOSSA CAIXA NOSSO BANCO; BBTOP AÇÕES MULTISSETORIAL ATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO

ACIONISTAS QUE EXERCERAM O VOTO ATRAVÉS DO BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA:

**ABBEEY LIFE PENSIONS MANAGED FUND
ABBEEY PENSION INTERNATIONAL FUND
ABERDEEN CANADA - EMERGING MARKETS FUND
ABERDEEN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
ABERDEEN EMERGING MARKETS FUND**

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

ABERDEEN INSTITUTIONAL COMMINGLED FUNDS, LLC
ABERDEEN INV FUNDS ICVC III - ABERDEEN GLOBAL EMERG M Q E FD
ABN AMRO MULTI-MANAGER FUNDS
ABU DHABI RETIREMENT PENSIONS AND BENEFITS FUND
ADVANCED SERIES TR - AST BLACKROCK GL STRATEGIES PORTFOLIO
ADVANCED SERIES TRUST - AST GOLDMAN SACHS MULTI-ASSET PORTFO
ADVANCED SERIES TRUST - AST J.P. MORGAN GLOBAL THEMATIC PORT
ADVANCED SERIES TRUST - AST PARAMETRIC EME PORTFOLIO
ADVISER MANAGED TRUST - TACTICAL OFFENSIVE EQUITY FUND
AEGON CUSTODY AS DEP FOR STICHTING MM EMERGING MARKETS FUND
AEGON CUSTODY BV
AGF INVESTMENTS INC
AIB GROUP IRISH PENSION SCHEME
ALAHLI EMERGING MARKETS TRADING EQUITY FUND
ALASKA COMMON TRUST FUND
ALASKA PERMANENT FUND
ALLIANCEBERNSTEIN DELAWARE BUSINESS TRUST - A I ALL-C P S
ALLIANZ GLOBAL INVESTORS FUND V ALLIANZ GL EMER MARK EQUITY
ALLIANZ VARIABLE INSURANCE PRODUCTS TRUST
AMERGEN CLINTON NUCLEAR POWER PLANT NONQUALIFIED FUND
AMERICAN BAR ASSOCIATION MEMBERS/MTC COLLECTIVE TRUST
AMERICAN HEART ASSOCIATION, INC.
AMF PENSIONSFORSAKRING AB
ANDBANK ASSET MANAGEMENT LUXEMBOURG ON BEHALF OF ASTRA
ANDRA AP-FONDEN (AP2)
AQUILA EMERGING MARKETS FUND
ARIZONA PSPRS TRUST
AT&T UNION WELFARE BENEFIT TRUST
ATIVO INTERNATIONAL EQUITY FUND, LP
AUSTRALIA P.SUPERANNUATION SCHEME
AVADIS FUND - AKTIEN EMERGING MARKETS INDEX
AVIVA I INVESTMENT FUNDS ICVC - AVIVA I INTERNATIONAL I T F

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

AXA IM ACWI SMARTBETA EQUITY FUND
AXA WORLD FUNDS - FRAMLINGTON EMERGING MARKETS
BANCHILE ADMINISTRADORA GENERAL DE FONDOS S.A
BANQUE NATIONALE SUISSE
BARCLAYS CAPITAL SECURITIES LIMITED A/C SYNTHETIC
BARCLAYS MULTI-MANAGER FUND PUBLIC LIMITED COMPANY
BELLSOUTH CORPORATION RFA VEBA TRUST
BERESFORD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY
BERNISCHE LEHRERVERSICHERUNGSKASSE
BLACKROCK ASSET MANAGEMENT SCHWEIZ AG ON B OF BIFS E M E I F
BLACKROCK CDN MSCI EMERGING MARKETS INDEX FUND
BLACKROCK GLOBAL INDEX FUNDS
BLACKROCK INSTITUTIONAL TRUST COMPANY NA
BLACKROCK LATIN AMERICA FUND INC
BLACKROCK LATIN AMERICAN INVESTMENT TRUST PLC
BLACKROCK LIFE LIMITED - DC OVERSEAS EQUITY FUND
BLU FUND TRADING PARTNERS, LP
BMO MSCI EMERGING MARKETS INDEX ETF
BMO PRIVATE EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO
BNY MELLON TR & DEP (UK) LIMITED AS T OF BEME TRACKER FUND
BOARD OF PENSIONS OF THE EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMER
BP PENSION FUND
BRITISH AIRWAYS PEN TRUSTEES LTD-MAIN A/C
BRITISH AIRWAYS PENSION TRUSTEES LTD. (MPF A/C)
BRITISH COLUMBIA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION
BT PENSION SCHEME
C S FUND M S.A,A F A ON B OF CS I F 12 C S P F (L) P I M E M
CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC
CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM
CALVERT WORLD VALUES FUNDS INC. CALVERT E M E FUND
CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD
CATHAY UNITED BANK IN ITS CAPACITY AS MASTER COEIB FUND

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

CAVENDISH ASSET MANAGEMENT LIMITED
CENTRAL STATES SOUTHEAST SOUTHWEST A PE FD
CF DV EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND
CHANG HWA CO BANK, LTD IN ITS C AS M CUST OF N B FUND
CHANG HWA COM BK LTD IN ITS CAP AS M CUST OF P LAT A EQ FD
CHEVRON MASTER PENSION TRUST
CHEVRON UK PENSION PLAN
CHICAGO TRANSIT AUTHORITY RETIREE HEALTHCARE TRUST
CIBC EMERGING MARKETS INDEX FUND
CIBC LATIN AMERICAN FUND
CITI EUR PLC AS DEPOSITARY FOR DIMEN EMER MARK CORE EQ FUND
CITI RETIREMENT SAVINGS PLAN
CITITRUST LIMITED AS TRUSTEE OF BLACKROCK PREMIER FUNDS - BL
CITITRUST LTD A T VANG FDS S - VANGUARD MODERATE GROWTH FUND
CITITRUST LTD A T VANGUARD FDS SERIES VANGUARD INCOME FUND
CITY OF LOS ANGELES FIRE AND POLICE PENSION PLAN
CITY OF NEW YORK GROUP TRUST
CMLA EMERGING MARKETS FUND
CMLA INTERNATIONAL SHARE FUND
CN CANADIAN MASTER TRUST FUND
COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND
COLLEGES OF APPLIED ARTS AND TECHNOL. P.PLAN
COLONIAL FIRST STATE INVESTMENT FUND 10
COLUMBIA EM CORE EX-CHINA ETF
COMMONWEALTH BANK GROUP SUPER
COMMONWEALTH EMERGING MARKETS FUND 6
COMMONWEALTH EMERGING MARKETS FUND 7
COMMONWEALTH GLOBAL SHARE FUND 22
COMMONWEALTH GLOBAL SHARE FUND 23
COMMONWEALTH SUPERANNUATION CORPORATION
COMPASS CRECIMIENTO II F.C.I.
COMPASS EMP EMERGING MARKET 500 VOLATILITY WEIGHTED INDEX E

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

CONCEPT FUND SOLUTIONS PUBLIC LIMITED COMPANY
CONSULTING GROUP CAPITAL MKTS FUNDS EMER MARKETS EQUITY FUND
CORNERSTONE ADVISORS GLOBAL PUBLIC EQUITY FUND
COUNTY EMPLOYEES ANNUITY AND BENEFIT FD OF THE COOK COUNTY
CREDIT S P F M C O B O C S P F P I M E MKTS
CREDIT SUISSE INDEX FUND (LUX) EQ EMER MARK FUNDAMENTAL
CREDIT SUISSE INDEX FUND (LUX) EQUITIES EMERGING MARKETS
CSIF EMERGING MARKETS INDEX BLUE
DB ADVISORS EMERGING MARKETS EQUITIES - PASSIVE
DB X-TRACKERS
DESJARDINS EMERGING MARKETS FUND
DEUTSCHE X-TRACKERS FTSE EMERGING COMPREHENSIVE FACTOR ETF
DEUTSCHE X-TRACKERS MSCI ALL WORLD EX US HEDGED EQUITY ETF
DEUTSCHE X-TRACKERS MSCI BRAZIL HEDGED EQUITY ETF
DEUTSCHE X-TRACKERS MSCI EMERGING MARKETS HEDGED EQUITY ETF
DEVON COUNTY COUNCIL
DGIA EMERGING MARKETS EQUITY FUND L.P.
DIMENSIONAL FUNDS PLC
DIVERSIFIED MARKETS (2010) POOLED FUND TRUST
DREYFUS OPPORTUNITY FUNDS DREYFUS STRATEGIC BETA E M E F
E V INTER (IRL) F PLC - E V INTER (IRL) P EMERGING M CORE F
EAST BAY MUNICIPAL UTILITY DISTRICT
EATON VANCE COLLECTIVE INVESTMENT TFE BEN PLANS EM MQ EQU FD
EATON VANCE INT (IR) F PLC-EATON V INT (IR) PAR EM MKT FUND
EATON VANCE TR CO CO TR FD - PA STR EM MKTS EQ COM TR FD
EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU
EMERGING MARKETS EQUITY - CANADA FUND
EMERGING MARKETS EQUITY ESG SCREENED FUND B
EMERGING MARKETS EQUITY FUND
EMERGING MARKETS EQUITY INDEX MASTER FUND
EMERGING MARKETS EQUITY INDEX PLUS FUND
EMERGING MARKETS EX-CONTROVERSIAL WEAPONS EQUITY INDEX FD B

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

EMERGING MARKETS INDEX NON-LENDABLE FUND
EMERGING MARKETS INDEX NON-LENDABLE FUND B
EMERGING MARKETS SUDAN FREE EQUITY INDEX FUND
EMG MKT SOCIAL CORE PORT OF DFA INVEST DIMENSIONS GROUP INC
EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF BALTIMORE COUNTY
EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS
ENSIGN PEAK ADVISORS, INC
EURIZON CAPITAL S.A.
EUROPEAN CENTRAL BANK
EVTC CIT FOF EBP-EVTC PARAMETRIC SEM CORE EQUITY FUND TR
EXELON GENERATION COMP, LLC TAX QUALIFIED NUCLEAR DECOMMPAR
F C COMMINGLED FUND II LIMITED F C RES EMER MARK EQ ESG F
F&C COMMINGLED FUND II LIMITED - F&C R EMERG M E SCR ESG FUN
F&C PORTFOLIOS FUND - F&C GL EM MK PORTFOLIO
FIAM GLOBAL EX U.S. INDEX FUND, LP
FIDELITY EMERGING MARKETS FUND
FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY TOTAL INTERNATIONAL EF
FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY FLEX INTERNATIONAL FUND
FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY E M INDEX FUND
FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY G EX U.S INDEX FUND
FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND
FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY FLEX INTERNATIONAL IND
FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SERIES G EX US I FD
FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SAI EMERGING M I FUND
FIDEURAN FUND
FINANCIAL SECTOR DEVELOPMENT FUND
FINREON EMERGING MARKETS EQUITY ISOPRO
FINREON WORLD EQUITY ISOPRO (R) (PENSION)
FIREFIGHTERS RETIREMENT SYSTEM
FIRST COMMERCIAL BANK-YUANTA / P-SHARES MSCI B I FUND
FIRST COMMERCIAL BANK, IN ITS CAPACITY AS MASTER CUSTODIAN O
FIRST COMMERCIAL BANK, LTD. IN ITS CAPACITY AS MASTER CUSTOD

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

FIRST STATE INVEST ICVC - STEWART INVEST LATIN AMERICA FUND
FIRST TRUST ABERDEEN EMERGING OPPORTUNITY FUND
FIRST TRUST BICK INDEX FUND
FISHER INV. INS. GROUP ALL F. EQ. F. A S. O. F. IN. TRUST
FISHER INVESTMENTS COLLECTIVE TRUST
FISHER INVESTMENTS INSTITUTIONAL FUNDS PUBLIC LTD COMPANY
FISHER INVESTMENTS INSTITUTIONAL GROUP EMERGING MARKETS E F
FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND
FONDITALIA
FONDS DE COMPENSATION DE LA SECURITE SOCIALE, SICAV-FIS
FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST
FORD MOTOR COMPANY OF CANADA, L PENSION TRUST
FP HENDERSON ROWE INDEX FUNDS - FP HENDERSON R FTSE R E M F
FSS EMERGING MARKET EQUITY TRUST
FTSE RAFI EMERGING INDEX NON-LENDABLE FUND
FUNDAMENTAL LOW V I E M EQUITY
FUNDPARTNER SOLUTIONS (SUISSE) SA -RP-FONDS I-A ETRANGERES
FUNDPARTNER SOLUTIONS (SUISSE) SA - CAPACITY - FONDS I - A E
FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS
GAM INV MAN (SWITZ) AG ON BEHALF OF SWIF EMER MKTS EQU INDEX
GAM INVESTMENT MANAGEMENT (SWITZERLAND) AG F Z I I-Z A E M P
GARD COMMON CONTRACTUAL FUND
GE INVESTMENTS FUNDS, INC.
GENERAL ORGANISATION FOR SOCIAL INSURANCE
GENERAL PENSION AND SOCIAL SECURITY AUTHORITY
GENESIS EMERGING MARKETS BUSINESS TRUST
GENESIS EMERGING MARKETS LTD PARTNERSHIP
GERIFONDS S/A LATINAC FUND
GIVI GLOBAL EQUITY FUND
GMAM INVESTMENT FUNDS TRUST
GOLDMAN SACHS ETF TRUST - GOLDMAN S ACTIVEBETA E M E ETF
GOLDMAN SACHS FUNDS II -GOLDMAN SACHS GMS EMERGING MARKETS

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

GOLDMAN SACHS GIVI GLOBAL EQUITY - GROWTH M TILT PORTFOLIO
GOLDMAN SACHS INTERNATIONAL
GOLDMAN SACHS PROFIT SHARING MASTER TRUST
GOLDMAN SACHS TRUST II-GOLDMAN SACHS MULTI-MANAGER G E FUND
GOTHIC CORPORATION
GOTHIC ERP, LLC
GOTHIC HSP CORPORATION
GOVERNMENT EMPLOYEES SUPERANNUATION BOARD
GOVERNMENT OF SINGAPORE
GUIDEMARK EMERGING MARKETS FUND
GUIDESTONE FUNDS EMERGING MARKETS EQUITY FUND
HALLIBURTON CO EMPLOYEE BENEFIT MASTER TRUST
HANOVER INVESTMENTS (LUXEMBOURG) S.A.
HBOS FINAL SALARY PENSION SCHEME
HC CAPITAL TRUST THE COMMODITY RETURNS STRATEGY PORTFOLIO
HERMES INVESTMENT FUNDS PLC ON BEHALF OF HERMES GLOBAL EMF
HEWLETT-PACKARD COMPANY MASTER TRUST
HORIZON
HSBC EMERGING MARKETS POOLED FUND
HSBC UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND
IBM DIVERSIFIED GLOBAL EQUITY FUND
IBM 401 (K) PLUS PLAN
ILLINOIS MUNICIPAL RETIREMENT FUND
IMPACT GLOBAL ALPHA TILTS NON-LENDABLE FUND B
INTERFUND SICAV
INTERNATIONAL EQUITY FUND
INTERNATIONAL EXPATRIATE BENEFIT MASTER TRUST
INTERNATIONAL MONETARY FUND
INVESCO FUNDS
INVESCO FUNDS SERIE 5
INVESCO PERPETUAL GLOBAL EMERGING MARKETS FUND
INVESCO PERPETUAL LATIN AMERICAN FUND

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

INVESTEC GLOBAL STRATEGY FUND
INVESTERINGS FORENINGEN DANSKE INVEST
INVESTERINGSFORENINGEN LAEGERNES PENSIONSINVESTERING, LPI AK
INVESTERINGSFORENINGEN PROCAPTURE G EMERGING M I F - ACC. KL
INVESTORS GROUP CORPORATE CLASS INC
INVESTORS GROUP TRUST COMPANY LIMITED
INVESTORS WHOLESALE EMERGING MARKETS EQUITIES TRUST
IRISH LIFE ASSURANCE PLC
ISAMARE LIMITED
ISHARES BROAD EMERGING MARKETS FUND
ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF
ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF
ISHARES II PUBLIC LIMITED COMPANY
ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY
ISHARES INTERNATIONAL DIVIDEND GROWTH ETF
ISHARES LATIN AMERICA 40 ETF
ISHARES MSCI ACWI ETF
ISHARES MSCI ACWI EX U.S. ETF
ISHARES MSCI ACWI LOW CARBON TARGET ETF
ISHARES MSCI BRAZIL CAPPED ETF
ISHARES MSCI BRAZIL UCITS ETF (ACC)
ISHARES MSCI BRIC ETF
ISHARES MSCI EM ESG OPTIMIZED ETF
ISHARES MSCI EMERGING MARKETS ETF
ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY
JANA MULTI-MANAGER GLOBAL SHARE TRUST
JANE STREET CAPITAL LLC
JAPAN MUTUAL AID ASSOCIATION OF PUBLIC SCHOOL TEACHERS
JAPAN POLICE PERSONNEL MUTUAL AID ASSOCIATION
JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD RE: STB BNY M BR I A C E F
JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: STB UBS (JP) BRAZIL EQ
JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: STB NOMURA BRAZIL INFR

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: STB DAIWA E E F I M F
JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. STB SUMISHIN SHINKOUKOKUKA
JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. SMTB EMERGING EQUITY M F
JAPAN TRUSTEE SERVICES BK, LTD. RE: CMA JPM EMERGING MIE FD
JAPAN TRUSTEE SVC BK, LTD. RTB NOMURA BRA STOCK MOTHER FD
JAPAN TRUSTEE SVS BK, LTD. RE: STB UBS (JP) BRAZIL EIM FD
JAPAN TSB, LTD. RE: STB JPM EMERG INFRASTRUCTURE-RELATED EF
JOHN HANCOCK EMERGING MARKETS EQUITY FUND
JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND
JOHN HANCOCK FUNDS II INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITY ALLOCAT
JOHN HANCOCK FUNDS II STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND
JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST INTERN EQUITY INDEX TRUST B
JULIUS BAER MULTISTOCK SICAV
K INVESTMENTS SH LIMITED
KAPITALFORENINGEN INVESTIN PRO, GLOBAL EQUITIES I
KAPITALFORENINGEN LAEGERNES PENSIONSINVESTERING, LPI AEM III
KAPITALFORENINGEN LAEGERNES PENSIONSINVESTERING, LPI A EM II
KAPITALFORENINGEN UNIPENSION INVEST GLOBALE AKTIER IV
KB BRAZIL EQUITY FUND
KBC EQUITY FUND
KBI DST EMERGING MARKET ESG FUND
KBI GLOBAL INVESTORS (NA) LTD CIT
KDB SAMBA BRAZIL MASTER EQUITY FUND
KLEINWORT BENSON INVESTORS INSTITUTIONAL FUND PUB LT COMPANY
KOOKMIN BK AS TRUSTEE OF JPM CES AMERICA EQUITY INVEST TRUST
KUWAIT INVESTMENT AUTHORITY
LABORERS ANNUITY & BENEFIT FUND OF CHICAGO
LATTICE EMERGING MARKETS STRATEGY ETF
LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC
LEGAL GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND
LEGAL & GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
LEGAL & GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

LEGAL & GENERAL ICAV
LEGAL & GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST
LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD
LEGAL AND GENERAL ASSURANCE SOCIETY LIMITED
LEGG MASON EMERGING MARKETS DIVERSIFIED CORE ETF
LEGG MASON FUNDS ICVC - LEGG MASON EMERGING MARKETS EQUITYF
LEGG MASON GLOBAL FUNDS PLC
LELAND STANFORD JUNIOR UNIVERSITY
LEONTEQ SECURITIES AG
LOCKHEED MARTIN CORP DEFINED CONTRIBUTION PLANS MASTER TRUST
LOCKHEED MARTIN CORP MASTER RETIREMENT TRUST
MACKENZIE EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES CLASS
MACKENZIE EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND
MACKENZIE EMERGING MKT CLASS
MACQUARIE TRUE INDEX EMERGING MARKETS FUND
MACQUARIE TRUE INDEX EMERGING MARKETS VALUE WEIGHTED FUND
MALTA PENSION INVESTMENTS
MANAGED PENSION FUNDS LIMITED
MANULIFE ASSET MANAGEMENT EMERGING MARKETS EQUITY POOLED F
MANULIFE ASSET MANAGEMENT UCITS SERIES ICAV
MANULIFE GLOBAL FUND
MARYLAND STATE RETIREMENT AND PENSION SYSTEM
MASSACHUSETTS INSTITUTE OFTECHNOLOGY
MASSMUTUAL PREMIER STRATEGIC EMERGING MARKETS FUND
MDPIM EMERGING MARKETS EQUITY POOL
MERCER EMERGING MARKETS EQUITY FUND
MERCER QIF FUND PLC
MERRILL LYNCH INTERNATIONAL
MET INV SERIES TRUST - JPMORGAN GLOBAL ACTIVE ALLOC PORT
MET INV SERIES TRUST - MET/ABERDEEN EMER MARKETS EQU PORTF
MFS DEVELOPMENT FUNDS, LLC
MFS EMERGING MARKETS EQUITY FUND

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

MFS EMERGING MARKETS EQUITY FUND (CAN)
MFS EMERGING MARKETS EQUITY TRUST
MFS HERITAGE TRUST COMPANY COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
MFS INVESTMENT FUNDS - EMERGING MARKETS EQUITY FUND
MFS MERIDIAN FUNDS - EMERGING MARKETS EQUITY FUND
MFS MERIDIAN FUNDS - LATIN AMERICAN EQUITY FUND
MFS VARIABLE INSURANCE TRUST II -MFS E M EQUITY PORTFOLIO
MGI FUNDS PLC
MICROSOFT GLOBAL FINANCE
MIGROS AST FONDS - AKTIEN AUSLAND
MIRAE ASSET BRAZIL SECTOR LEADER EQUITY MASTER INV TRUST
MIRAE ASSET MAPS INDEXRO BRAZIL EQUITY MASTER TRUST
MM SELECT EQUITY ASSET FUND
MML STRATEGIC EMERGING MARKETS FUND
MULTIFLEX SICAV
MUNICIPAL E ANNUITY A B FUND OF CHICAGO
NATIONAL COUNCIL FOR SOCIAL SECURITY FUND
NATIONAL ELEVATOR INDUSTRY PENSION PLAN
NATIONAL PENSION SERVICE
NATIONAL RAILROAD RETIREMENT INVESTMENT TRUST
NAV CANADA PENSION PLAN
NBI EMERGING MARKETS EQUITY PRIVATE PORTFOLIO
NEW HAMPSHIRE RETIREMENT SYSTEM
NEW YORK STATE NURSES ASSOCIATION P P
NEW YORK STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM
NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUND
NORGES BANK
NORTHERN EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND
NORTHERN TRUST COLLECTIVE ALL COUNTRY WORLD I (ACWI) E-U F-L
NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS INDEX FUND-LEND
NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC
NORTHERN TRUST LUXEMBOURG MANAG COMP S.A. O B OF V FCP-SIF

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

NORTHERN TRUST LUXEMBOURG MGMT CO SA ON BEHALF OF UNIVEST
NORTHERN TRUST MULTI-ADVISOR FUNDS
NORTHERN TRUST UCITS FGR FUND
NORTHWESTERN MUTUAL SERIES FUND, INC.- E.M.E.P.
NTCC COLLECTIVE FUNDS FOR EMPLOYEE BENEFIT TRUSTS
NTCC COLLECTIVE FUNDS FOR GRANTOR TRUSTS
NTGI QM COMMON DAILY ALL COUNT WORLD EXUS EQU INDEX FD LEND
NTGI QUANTITATIVE MANAGEMENT COLLEC FUNDS TRUST
NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF - LENDING
NTGI-QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EIF - LENDING
NTGI-QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EQUITY I F- NON L
OAKLAND POLICE & FIRE RET SYSTEM
OFI GLOBAL TRUST COMPANY
OFI GLOBAL: EMERGING MARKETS EQUITY FUND, LP
OHIO POLICE AND FIRE PENSION FUND
OLD MUTUAL GLOBAL INVESTORS SERIES PUBLIC LIMITED COMPANY
OLD MUTUAL JPM EMERGING MARKETS FUND
OLD WESTBURY LARGE CAP STRATEGIES FUND
ONTARIO PENSION BOARD
OP-LATIN AMERICA FUND
OPPENHEIMER GLOBAL ALLOCATION FUND
OPPENHEIMER GLOBAL ESG REVENUE ETF
OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM
OYSTER CREEK NUCLEAR GENERATING STATION QUALIFIED FUND
PACE INT EMERG MARK EQUITY INVESTMENTS
PACIFIC SELECT FUND
PACIFIC SELECT FUND - PD EMERGING MARKETS PORTFOLIO
PANAGORA DIVERSIFIED RISK MULTI-ASSET FUND, LTD.
PARAMETRIC EMERGING MARKETS CORE FUND
PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND
PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND
PEAR TREE PANAGORA RISK PARITY EMERGING MARKETS FUND

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

PENSION FUND ASSOCIATION FOR LOCAL GOVERNMENT OFFICIALS
PEOPLE S BANK OF CHINA
PEPSICO INC. MASTER RETIREMENT TRUST
PF EMERGING MARKETS FUND
PICTET EMERGING MARKETS SUSTAINABLE EQUITIES
PICTET - EMERGING MARKETS INDEX
PICTET FUNDS S.A RE: PI(CH)-EMERGING MARKETS TRACKER
PLATO INSTITUTIONAL INDEX FUND
PLEIADES TRUST
POWERSHARES DWA EMERGING MARKETS TECHNICAL LEADERSPORTFOLIO
POWERSHARES FTSE RAFI EMERGING MARKETS PORTFOLIO
POWERSHARES FTSE RAFI EMERGING MARKETS UCITS ETF
POWERSHARES G F IRELAND P L C P FTSE RAFI ALL W 3000 U ETF
POWERSHARES S&P EMERGING MARKETS LOW VOLATILITY PORTFOLIO
PUBLIC EMPLOYEE RETIREMENT SYSTEM OF IDAHO
PUBLIC SECTOR PENSION INVESTMENT BOARD
QIC INTERNATIONAL EQUITIES FUND
QS INVESTORS DBI GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP
QUANTSHARES ENHANCED CORE EMERGING MARKETS EQUITY ETF
RAIFFEISEN ENERGIE AKTIEN
RAIFFEISEN-INFRASTRUKTUR-AKTIEN
RAILWAYS PENSION TRUSTEE COMPANY LIMITED
RBS PENSION TRUSTEE LIMITED
RESONA BANK, LTD. (AS TRUSTEE FOR PENSION COMMINGLE FUND)
RJ DELTA LATINOAMERICA F.C. I.
RUFFER SICAV-RUFFER GLOBAL SMALLER COMPANIES FUND
RUSSELL INVESTMENT COMPANY II PLC
RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY
RUSSELL INVESTMENT MANAGEMENT LTD.AS T OF THE R M-A F E FUND
SABADELL ACCIONES AMERICA LATINA FIMP
SABADELL EMERGENTE MIXTO FLEXIBLE, FI
SARASIN IE EMERGING MARKETS - SYSTEMATIC (USD)

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

SARASIN IE THEMATIC GLOBAL EMERGING MARKETS
SAUDI ARABIAN MONETARY AGENCY
SCHWAB FEM LARGE COMPANY INDEX FUND
SCHWAB FEM LARGE COMPANY INDEX ETF
SCOTTISH WIDOWS INVESTMENT SOLUTIONS FUNDS ICVC- FUNDAMENTAL
SCRI ROBECO CUSTOMIZED QUANT EMERGING MARKETS FONDS
SEDCO CAPITAL GLOBAL FUNDS - SC GLOBAL EMERGING MARKET EQUIT
SEI INST INT TRUST EM MKTS EQUITY FUND
SEI INSTITUTIONAL INVESTMENTS TRUST- EMERGING MARKETS E FUND
SEMPRA ENERGY PENSION MASTER TRU
SPDR MSCI ACWI LOW CARBON TARGET ETF
SPDR MSCI EMERGING MARKETS FOSSIL FUEL FREE ETF
SPDR MSCI EMERGING MARKETS STRATEGICFACTORS ETF
SPDR S&P EMERGING MARKETS ETF
SPDR S&P EMERGING MARKETS FUND
SQUADRA TEXAS LLC
SSGA MSCI ACWI EX-USA INDEX NON-LENDING DAILY TRUST
SSGA MSCI BRAZIL INDEX NON-LENDING QP COMMON TRUST FUND
SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC
SSGA SPDR ETFS EUROPE II PUBLIC LIMITED COMPANY
ST LT DEP SCOTTISH WIDOWS TRKS EMG MKT FUN
ST LT DEP SCOTTISH WIDOWS TRKS LAT AMR FUN
ST STR RUSSELL FUND GL EX U.S. INDEX NON LEND COMMON TR FD
ST STR MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON LENDING COMM TR FD
ST. JAMES S PLACE GLOBAL EQUITY UNIT TRUST
ST. JOSEPH HEALTH SYSTEM
STATE GENERAL RESERVES FUND
STATE OF CONNECTICUT RET PLANS AND TRT FUN
STATE OF KUWAIT INV AUTHORITY, K I OFFICE
STATE OF MINNESOTA STATE EMPLOYEES RET PLAN
STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D
STATE ST B AND T C INV F F T E RETIR PLANS

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

STATE STREET EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND
STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUX SICAV - S S G E M I E FUND
STATE STREET GLOBAL EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO
STATE STREET IRELAND UNIT TRUST
STATE UNIVERSITY RETIREMENT SYSTEM
STE STREET TRUS LTD ATF SWIP CAP TRUS
STICHTING BLUE SKY ACT EQ EM MK GL FUND
STICHTING CZ FUND DEPOSITARY
STICHTING F&C MULTI MANAGER EMERGING EQUITY ACTIVE
STICHTING MN SERVICES AANDELENFONDS EMERGING MARKETS
STICHTING PENSIOENFONDS CAMPINA
STICHTING PENSIOENFONDS HOOGOVS
STICHTING PENSIOENFONDS VAN DE NEDERLANDSCHE BANK N.V
STICHTING PENSIONENFONDS METAAL EN TECHNIEK
STICHTING PENSIONENFONDS VAN DE METALEKTRO (PME)
STICHTING PGGM DEPOSITARY
STICHTING PHILIPS PENSIOENFONDS
STK LONG BIASED MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES
STK LONG ONLY INSTITUCIONAL FIA
SUMITOMO MITSUI TB, LTD (AS TFSM TR PENSION COMMINGLE FD)
SUNSUPER SUPERANNUATION FUND
SWISS FONDS AG, FAOBO SWC (CH) IND FD I - SWC CH I EQ F E MK
SYNERGIE
TA WORLD EX US CORE EQUITY PORTFOLIO OF DFA INVESTMENT DIMEN
TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS
TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS
TEXAS MUNICIPAL RETIREMENT SYSTEM
THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA
THE BUNTING EMERGING EQUITY TE LIMITED LIABILITY COMPANY
THE BUNTING FAMILY EMERGING EQUITY LIMITED LIABILITY COMPANY
THE CALIFORNIA ENDOWMENT
THE CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYS.

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

THE CHICAGO PUB.SCHOOL TEACHERS P. AND RETIREM F
THE DUKE ENDOWMENT
THE EMERGING M.S. OF THE DFA I.T.CO.
THE GENESIS EMERG.MARKETS INVEST. CO SICAV
THE GENESIS GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS
THE GOVERNMENT OF HIS M THE S AND Y D-P OF BRUNEI DARUSSALAM
THE LATIN AMERICAN DISCOVERY FUND, INC.
THE MASTER T BK OF JPN, LTD AS T OF NIKKO BR EQ MOTHER FUND
THE MASTER TR BK OF JAPAN, LTD. AS TR OF MUTB300000121-STOCK
THE MASTER TR BK OF JAPAN, LTD. AS TR OF E C S ACT MO FUND
THE MASTER TR BK OF JPN,LTD AS TR OF JPM EM EQ FOCUS MTHER F
THE MASTER TRT BK JPN TRUSTEE OF JPM BRICS5 MOTHER FUND
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN LTD. AS T OF MUTB300041293 S
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF MUAM EEIM
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF MUAM BRAD
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T OF P B E I M F
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. A T O N F I L E T F
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF MTBJ40003
THE MASTER TRUST BOJ, LTD. AS TOU (JP) BRIC MOTHER FD
THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE
THE MTBJ LTD. AS TRT F HSBC BR INFRASTRUCTURE EQ MOTHER FUND
THE NATURE CONSERVANCY
THE NOMURA T A B CO., L R: NO R A C W S E J F (F T-E P I O)
THE NOMURA T AND B CO LTD RE I E S INDEX MSCI E NO HED M FUN
THE NOMURA T AND B CO LTD RE NIPPON C E MARKETS MOTHER FUND
THE NOMURA TRUST AND BANKING CO., LTD AS THE TRUSTEE OF EMER
THE NOMURA TRUST AND BANKING CO., LTD. RE:NOMURA RAFI EM EQ
THE NOMURA TRUST AND BANKING CO., LTD. RE: NOMURA E S M FUND
THE NOMURA TRUST AND BANKING CO, LTD AS THE TRUSTEE OF NOMUR
THE NORTHWESTERN MUTUAL LIFE INSURANCE C GASA FN SUBA S 4
THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAG.BOARD
THE PRESIDENT AND FELLOWS OF HARVARD COLLEGE

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA
THE SEI EMERGING MARKETS EQUITY FUND
THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION FUND - AP7 EQUITY FUND
THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO
THE TEXAS EDUCATION AGENCY
THE TREASURER OF THE S OF J ON B OF THE S OF J COMM INV FUND
THE WALT DISNEY COMPANY RETIREMENT PLAN MASTER TRUST
THREE MILE ISLAND UNIT ONE QUALIFIED FUND
THRIVENT PARTNER EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO
THRIVENT PARTNER EMERGING MARKETS EQUITY FUND
THRIVENT PARTNER WORLDWIDE ALLOCATION FUND
TIAA-CREF FUNDS - TIAA-CREF EMERGING MARKETS EQUITY I F
TMT BK OF J LTD. AS T FOR RUSSELL EMER DIVID G MOTHER FUND
TOTAL INTERNATIONAL EX U.S. I MASTER PORT OF MASTER INV PORT
TRANSAMERICA DEVELOPING MARKETS EQUITY
TREASURER OF THE ST.OF N.CAR.EQT.I.FD.P.TR.
TRUST & CUSTODY S BK, LTD. AS TR FOR COMGEST E EQUITY FUND
TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD. ATF MIZUHO TR & BANK.CO.
TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD. RE: EMERGING E P M F
UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST
UBS ETF - MSCI EMERGING MARKETS UCITS ETF
UNITED TECHNOLOGIES CORP. MASTER RET. TRUST
UNIV-INV-GESELLSCHAFT MBH FOR APT-UNIV-FONDS
UNIVERSAL-INVESTMENT-GESELLSCHAFT MBH FOR KFPT-UNIVERSAL-FON
UPS GROUP TRUST
UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS
VAILSBURG FUND LLC
VALIC COMPANY II - INTERNATIONAL OPPORTUNITIES FUND
VANG FTSE ALL-WORLD EX-US INDEX FD, A S OF V INTER E I FDS
VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND
VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY
VANGUARD INTERNATIONAL DIVIDEND APPRECIATION INDEX FUND

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

VANGUARD INTERNATIONAL HIGH DIVIDEND YIELD INDEX FUND
VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F
VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC
VANGUARD TOTAL WSI FD, A SOV INTERNATIONAL EQUITY INDEX FDS
VARIABLE INSURANCE PRODUCTS FUND II: EMERGING MARKETS PORTFO
VERDIPAPIRFONDET KLP AKSJE FREMVOKSENDE MARKEDER INDEKS I
VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM
VKF INVESTMENTS LTD
VONTOBEL EMERGING MARKETS I FUND S I OF THE S M-S FUND, L.P.
VONTOBEL GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY INSTITUTIONAL FUND
VONTOBEL INVESTMENT TRUST
VOYA EMERGING MARKETS INDEX PORTFOLIO
VY JPMORGAN EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO
WASHINGTON SAVANNAH RIVER COMPANY DEFINED BENEFIT MASTERTRU
WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD
WELLS FARGO BK D OF T ESTABLISHING INV F FOR E BENEFIT TR
WELLS FARGO DIVERSIFIED STOCK PORTFOLIO
WEXFORD CATALYST INVESTORS LLC
WHEELS COMMON INVESTMENT FUND
WHITE FLEET - OLZ EFFICIENT WORLD EMERGING MARKETS EQUITY
WILLIAM BLAIR COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
WILLIAM BLAIR EMERGING MARKETS GROWTH FUND
WILLIAM BLAIR EMERGING MARKETS LEADERS FUND
WILLIAM BLAIR EMERGING MARKETS LEADERS POOLED FUND
WILLIAM BLAIR SICAV
WISDOMTREE EMERGING MARKETS DIVIDEND FUND
WISDOMTREE EMERGING MARKETS EX-STATE-OWNED ENTERPRISES FUND
WISDOMTREE GLOBAL EX U.S. QUALITY DIVIDEND GROWTH FUND
WISDOMTREE GLOBAL HIGH DIVIDEND FUND
WK KELLOGG FOUNDATION
WM POOL - EQUITIES TRUST NO 74
WM POOL - EQUITIES TRUST NO. 75

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

WM POOL - EQUITIES TRUST NO. 76

WORLD EX U.S. CORE EQUITY PORTFOLIO OF DFA I D G INC.

YALE UNIVERSITY

1199 HEALTH CARE EMPLOYEES PENSION FUND

1199 SEIU GREATER NEW YORK PENSION FUND

238 PLAN ASSOCIATES LLC

3M EMPLOYEE RETIREMENT INCOME PLAN TRUST

MÁRIO PROBST – Conselheiro Fiscal

GUILHERME DAGLI – Auditor independente da Companhia

MARCELO TRINDADE – Presidente da Mesa

SANDRA LÓPEZ GORBE – Secretária da Mesa

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

**Anexo I à Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária,
realizada em 19 de abril de 2017**

**ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
ESTATUTO SOCIAL**

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º. A Companhia é uma sociedade de capital autorizado, denominada ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A..

Parágrafo Único. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria, na agricultura e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações ou quotas de sociedades.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital Social e Ações

Artigo 5º. O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 5.171.751.608,08 (cinco bilhões, cento e setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e oito Reais e oito centavos), dividido em 556.405.096 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, quatrocentas e cinco mil e noventa e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedada a emissão de ações preferenciais e de partes beneficiárias.

§1º Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

§2º O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 800.000.000 (oitocentos milhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

Artigo 7º. A subscrição e a integralização de ações de emissão da Companhia obedecerão aos critérios estabelecidos neste Artigo:

a) até o limite do capital autorizado, a emissão, a quantidade, o preço e o prazo de integralização de ações a serem emitidas pela Companhia serão estabelecidos pelo Conselho de Administração;

b) a deliberação de aumento de capital para integralização em bens, que não sejam créditos em moeda corrente, será privativa da Assembleia Geral; e

c) na emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas ou reduzir o prazo de seu exercício.

Artigo 8º. A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, direto ou indireto.

Artigo 9º. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

CAPÍTULO III

Assembleias Gerais

Artigo 10. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

§ 1º Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização em prazo maior.

§ 2º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência do Presidente e de indicação deste, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem este indicar. O Presidente da Mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

§ 3º Caberá exclusivamente ao Presidente da Mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto, a condução dos trabalhos relacionados à eleição de membros do Conselho de Administração, inclusive qualquer decisão relativa ao número de votos de cada acionista.

Artigo 11. Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o Livro de Presença de Acionistas, de que constarão seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

§ 1º A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa no momento da instalação da Assembleia Geral.

§ 2º Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após a sua instalação poderão participar da reunião, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.

Artigo 12. Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pela mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação:

a) Até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral: (i) todos os acionistas deverão enviar à Companhia declaração da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, 3 (três) dias antes da Assembleia Geral; e (ii) os acionistas representados por procuradores deverão enviar à Companhia a respectiva procuração;

b) Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no item (a) acima: (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembleia Geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia Geral ou a quem tenha outorgado a procuração; e (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste item, a ele relativos;

c) Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no item (a), dispensado o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até a instalação da Assembleia Geral;

d) A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que lhe forem feitas, vedada, contudo, a participação na assembleia de acionistas que não tenham

apresentado a respectiva procuração outorgada a seus representantes, ou a declaração do custodiante, quando as ações constem como de titularidade de instituição custodiante; e

e) Verificando-se que acionistas que tenham comparecido à Assembleia Geral (i) não estavam corretamente representados; ou (ii) não eram titulares da quantidade de ações declarada, incumbe à Companhia notificá-los, dando ciência de que, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, a Companhia desconsiderará os votos de tais acionistas, que responderão pelas perdas e danos que seus atos tiverem causado.

Artigo 13. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei.

Artigo 14. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes.

Artigo 15. A Assembleia Geral fixará o montante da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos diretores, especificando a parcela de tal montante a ser atribuída a cada órgão.

§ 1º Observado o montante estabelecido pela Assembleia Geral, na forma do *caput* deste Artigo e as competências do Comitê Pessoas e Organização previstas no Artigo 42 deste Estatuto, o Conselho de Administração fixará a remuneração a ser atribuída ao Diretor Presidente e, por recomendação deste, aos demais membros da Diretoria.

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

§ 2º Os membros do Conselho de Administração e os diretores poderão ter participação nos lucros na forma da lei.

CAPÍTULO IV

Administração - Normas Gerais

Artigo 16. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Parágrafo Único. A investidura dos administradores, que independerá de caução, dar-se-á pela assinatura de termo de posse. A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores de que trata o Regulamento do Novo Mercado e à Política de Divulgação e Negociação adotada pela Companhia.

CAPÍTULO V

Conselho de Administração

Seção I – Composição

Artigo 17. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 09 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 1º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 2º O Conselho de Administração adotará um Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias que forem julgadas convenientes,

sobre seu próprio funcionamento, direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais.

§ 3º Somente podem ser eleitas para integrar o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, as pessoas que, além dos requisitos legais e regulamentares e ilibada reputação, não ocupem cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou de suas controladas, e não tenham, nem representem, interesse conflitante com o da Companhia ou com o de suas controladas, presumindo-se ter interesse conflitante com o da Companhia a pessoa que, cumulativamente: (i) tenha sido eleita por acionista que também tenha eleito conselheiro de administração em sociedade concorrente; e (ii) mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu.

§ 4º Respeitado o disposto no *caput* deste Artigo, o número de membros que integrarão o Conselho de Administração em cada gestão deverá ser fixado em cada Assembleia Geral, cuja ordem do dia seja a eleição dos membros do Conselho de Administração, devendo tal matéria ser encaminhada pelo Presidente da Mesa.

Artigo 18. A composição do Conselho de Administração terá obrigatoriamente a participação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de Conselheiros Independentes.

§ 1º Serão considerados Conselheiros Independentes aqueles que atendam aos critérios de independência fixados no Regulamento do Novo Mercado.

§ 2º Serão também considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos na forma do Artigo 141, Parágrafo 4º da Lei n.º 6.404/76.

§ 3º Quando, em decorrência da observância do percentual referido no *caput* deste Artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Artigo 19. Os membros do Conselho de Administração que deixem de preencher, por fato superveniente ou desconhecido à época de sua eleição, os requisitos estabelecidos no Artigo 17 acima, devem ser imediatamente substituídos.

Parágrafo Único. A mesma providência prevista no *caput* deste Artigo deverá ser adotada caso algum dos Conselheiros Independentes deixe de atender os requisitos de independência previstos no Artigo 18 e, por força disto, deixe de ser observado o percentual de 30% (trinta por cento) estabelecido no mesmo Artigo.

Seção II – Eleição

Artigo 20. Ressalvado o disposto no Artigo 21, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.

§ 1º Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer as chapas: (a) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (b) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

§ 2º O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração, disponibilizar na sede da Companhia declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ele indicada,

contendo: (a) sua qualificação completa; (b) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, bem como qualificações profissionais e acadêmicas; e (c) informações sobre processos disciplinares e judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, como também informação, se for o caso, da existência de hipóteses de impedimento ou conflito de interesses previstas no Artigo 147, Parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76.

§ 3º Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, com antecedência de, pelo menos, 05 (cinco) dias em relação à data marcada para a Assembleia Geral, encaminhar ao Conselho de Administração declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo anterior, cabendo ao Conselho de Administração providenciar a divulgação imediata, por meio de aviso inserido na página da Companhia na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA, da informação de que os documentos referentes às demais chapas apresentadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

§ 4º Os nomes indicados pelo Conselho de Administração ou por acionistas deverão ser identificados, em sendo o caso, como candidatos a Conselheiros Independentes, observado o disposto no Artigo 18 acima.

§ 5º A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

§ 6º Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Artigo 21. Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo, desde que o façam, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.

§ 1º A Companhia, imediatamente após o recebimento do pedido, deverá divulgar, por meio de aviso inserido em sua página na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA, a informação de que a eleição se dará pelo processo do voto múltiplo.

§ 2º Instalada a Assembleia Geral, a mesa promoverá, à vista das assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e do número de ações de titularidade dos acionistas presentes, o cálculo do número de votos que caberão a cada acionista.

§ 3º Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata o Artigo 20, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionista presente, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as declarações assinadas por estes candidatos, com o conteúdo referido no Parágrafo 2º do Artigo 20 deste Estatuto.

§ 4º Cada acionista terá o direito de cumular os votos a ele atribuídos em um único candidato ou distribuí-los entre vários, sendo declarados eleitos aqueles que receberem maior quantidade de votos.

§ 5º Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

§ 6º Sempre que a eleição tiver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição.

§ 7º Caso a Companhia venha a estar sob controle de acionista ou grupo controlador, conforme definido no Artigo 116 da Lei nº 6.404/76, acionistas representando 10% (dez por cento) do capital social poderão requerer, na forma prevista no Parágrafo 4º do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76, que a eleição de um dos membros do Conselho de Administração seja feita em separado, não sendo aplicável a tal eleição as regras previstas no Artigo 20 acima.

Artigo 22. Caso seja eleito conselheiro residente e domiciliado no exterior, sua posse fica condicionada à constituição de procurador, residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação em ação que venha a ser proposta contra ele, com base na legislação societária. O prazo de validade da procuração será de, pelo menos, 03 (três) anos após o término do prazo de gestão do respectivo conselheiro.

Artigo 23. O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente e seu Vice-Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência de vacância desses cargos.

Seção III – Reuniões e Substituições

Artigo 24. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por quaisquer 02 (dois) conselheiros.

§ 1º A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á por escrito, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, e deverá conter, além do local, data e hora da reunião, a ordem do dia.

§ 2º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 03 (três) dias de antecedência. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

§ 3º Em caso de urgência, o Presidente do Conselho de Administração poderá convocar reunião do Conselho de Administração com prazo menor de antecedência que aquele previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, sendo certo que neste caso a reunião somente se instalará com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros eleitos.

§ 4º Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os conselheiros serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata.

Artigo 25. Salvo o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 24, a reunião do Conselho de Administração instalar-se-á com a presença da maioria dos conselheiros, sendo um deles o Presidente ou Vice-Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente ou na sua ausência, ao Vice-Presidente, além de seu voto, o de desempate.

Parágrafo Único. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente ou por outro membro do Conselho por ele indicado.

Artigo 26. Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou, de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei.

Artigo 27. Ressalvado o disposto no Parágrafo 6º do Artigo 21, ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito novo conselheiro para completar o mandato do substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.

Seção IV – Competência

Artigo 28. Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e das sociedades sob seu controle;
- b) eleger e destituir os diretores da Companhia, designando entre eles o Diretor Presidente e o Diretor de Relação com Investidores, e fixar-lhes as atribuições;
- c) fiscalizar a gestão dos diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou pelas sociedades sob seu controle;
- d) manifestar-se sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral;
- e) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Diretor Presidente e, por recomendação deste, dos demais membros da Diretoria;
- f) definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e, sempre que julgar necessário, das sociedades sob seu controle, considerada a proposta do Comitê de Pessoas e Organização;
- g) outorgar opções de compra de ações nos termos do Artigo 8º deste Estatuto;

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

- h) convocar as Assembleias Gerais;
- i) apresentar à Assembleia Geral chapa para eleição dos membros do Conselho de Administração na forma do Artigo 20 deste Estatuto;
- j) propor à Assembleia Geral a destinação do saldo do lucro líquido ajustado do exercício a que se refere a letra "d" do Artigo 55 deste Estatuto;
- k) aprovar o levantamento de demonstrações financeiras em períodos inferiores ao exercício social, a distribuição de dividendos com base em tais demonstrações financeiras ou intermediários, bem como o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável;
- l) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;
- m) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou dissolução da Companhia, bem como acerca de reforma deste Estatuto;
- n) autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- o) aprovar a emissão para subscrição pública, de notas promissórias comerciais pela Companhia ou por sociedades sob seu controle;

p) aprovar a prática dos seguintes atos, pela Companhia ou por suas controladas, sempre que o valor da operação exceder 3% (três por cento) do patrimônio líquido da Companhia: (i) aquisição, alienação ou oneração de bens; (ii) outorga de garantias; (iii) endividamento ou renúncia a direitos; (iv) investimento ou projeto de investimento; e (v) aquisição ou alienação de participação societária, direta ou indireta, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação;

q) aprovar a celebração de acordos de acionistas pela Companhia ou por suas controladas;

r) escolher e destituir os auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria;

s) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma prevista no Parágrafo 2º do Artigo 48 deste Estatuto;

t) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho

de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

u) deliberar sobre outras matérias não reguladas neste Estatuto, resolvendo os casos omissos.

Artigo 29. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

a) convocar a Assembleia Geral, sempre que deliberado pelo Conselho de Administração ou, excepcionalmente, por iniciativa própria, caso em que deverá comunicar a convocação, em seguida, aos demais conselheiros;

b) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;

c) comunicar as datas das reuniões ordinárias e supervisionar os serviços administrativos do órgão; e

d) transmitir as deliberações do Conselho à Diretoria e orientá-la em seu cumprimento.

Artigo 30. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos ocasionais e, em caso de vaga, substituí-lo até a data de eleição do novo titular.

CAPÍTULO VI

Diretoria

Artigo 31. A Diretoria será composta de 04 (quatro) a 08 (oito) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sem designação específica, com exceção do Diretor Presidente e do Diretor de Relação com Investidores.

Parágrafo Único. O prazo de gestão dos diretores, que continuarão no exercício dos cargos até eleição e posse de seus substitutos, será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Artigo 32. A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, observado o *quorum* de instalação de metade dos membros eleitos, cabendo ao Diretor Presidente, além de seu voto, o de desempate.

Artigo 33. Competirá à Diretoria a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do país ou do exterior, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

§ 1º Os atos que se destinem a produzir efeitos perante terceiros serão assinados por dois diretores em conjunto, ou um diretor e um procurador, ou dois procuradores, com poderes especiais.

§ 2º A Companhia poderá, por dois de seus diretores, constituir mandatários, especificando na procuração a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá um ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes da cláusula *ad judicium*, cuja validade poderá ser por prazo indeterminado.

§ 3º A Diretoria poderá, excepcionalmente, autorizar a representação da Companhia por um único diretor ou um procurador constituído especialmente, discriminando, na ata da reunião, a finalidade e limite dos poderes outorgados.

Artigo 34. Compete ao Diretor Presidente:

- a) dirigir, orientar e coordenar as atividades da Companhia;
- b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e
- c) representar a Companhia em juízo, ativa ou passivamente.

Artigo 35. Compete ao diretor que exercer a função de Diretor de Relações com Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação, além de exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 36. Os diretores sem denominação específica, além de suas atribuições estatutárias, desempenharão os misteres que lhes forem cometidos pelo Conselho de Administração.

Artigo 37. Os diretores substituir-se-ão reciprocamente, observado o seguinte:

- a) em caso de ausência e impedimento ocasional, por período de até 60 (sessenta) dias, do Diretor Presidente caberá ao Presidente do Conselho de Administração indicar seu substituto entre os membros da Diretoria, devendo o diretor substituto exercer temporariamente as funções de Diretor Presidente até o retorno deste ou a próxima reunião do Conselho de Administração, o que ocorrer primeiro; e

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

b) em caso de vaga de diretor poderá ser ele substituído, até a próxima reunião do Conselho de Administração, por outro diretor apontado pelo Diretor Presidente.

CAPÍTULO VII

Órgãos Auxiliares da Administração

Artigo 38. A Companhia terá, obrigatoriamente, os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração:

- a) Comitê de Auditoria; e
- b) Comitê de Pessoas e Organização.

§ 1º O Conselho de Administração poderá criar comitês adicionais para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos específicos, designando os seus respectivos membros.

§ 2º Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Auditoria, do Comitê de Pessoas e Organização e dos demais comitês que venham a ser criados pelo Conselho de Administração para o assessoramento da administração da Companhia, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

Seção I – Comitê de Auditoria

Artigo 39. Observado o disposto nos Artigos 41 e 43, o Comitê de Auditoria será formado por 03 (três) membros, dos quais, no mínimo, 02 (dois) serão membros externos e independentes ("Membros Externos").

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

§ 1º Os membros do Comitê de Auditoria devem ser eleitos pelo Conselho de Administração e preencher os requisitos aplicáveis aos Conselheiros Independentes, conforme estabelecido no Artigo 18 deste Estatuto.

§ 2º Os Membros Externos do Comitê de Auditoria deverão atender aos seguintes requisitos:

- a) não integrar o Conselho de Administração da Companhia ou de suas controladas; e
- b) possuir conhecimento ou experiência em auditoria, controles, contabilidade, tributação, ou das normas aplicáveis às companhias abertas, no que se refere à adequada elaboração de suas demonstrações financeiras.

Artigo 40. Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 01 (um) ano, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos.

§ 1º No curso de seus mandatos, os membros do Comitê de Auditoria somente poderão ser substituídos nas seguintes hipóteses:

- a) morte ou renúncia;
- b) ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) reuniões alternadas por ano; ou
- c) decisão fundamentada do Conselho de Administração.

§ 2º Nos casos de vacância de cargos de membro do Comitê de Auditoria, competirá ao Conselho de Administração eleger a pessoa que deverá completar o mandato do membro substituído.

§ 3º Ao Comitê de Auditoria competirá:

a) propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes bem como a substituição de tais auditores independentes;

b) analisar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;

c) analisar as informações trimestrais e as demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;

d) avaliar a efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos e dos processos de auditoria interna e independente da Companhia e de suas controladas, inclusive tendo em vista as disposições constantes do *Sarbanes-Oxley Act*, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;

e) opinar, a pedido do Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; e

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

f) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

§ 4º O Comitê de Auditoria deverá aprovar, por maioria de votos de seus membros, proposta de Regimento Interno regulamentando as questões relativas a seu funcionamento, a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

Artigo 41. Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado na forma da Lei n.º 6.404/76 e do Artigo 43 abaixo, o Conselho Fiscal exercerá todas as competências que são atribuídas ao Comitê de Auditoria por este Estatuto, observando-se, em relação aos seus membros, todos os requisitos e impedimentos previstos na legislação.

Parágrafo Único. O Comitê de Auditoria não funcionará no exercício social em que o Conselho Fiscal tiver sido instalado.

Seção II – Comitê de Pessoas e Organização

Artigo 42. O Comitê de Pessoas e Organização deverá ser formado por até 04 (quatro) membros, dos quais 02 (dois) deverão ser Conselheiros Independentes, podendo os demais ser Conselheiros ou não.

Parágrafo Único. Ao Comitê de Pessoas e Organização competirá:

a) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor Presidente, e revisar periodicamente, os parâmetros e diretrizes e a consequente política de remuneração e demais benefícios a serem atribuídos aos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e de suas controladas, aos membros dos comitês e demais órgãos de assessoramento do Conselho;

b) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor Presidente, a remuneração global dos administradores da Companhia, a ser submetida à Assembleia Geral de acionistas;

c) diligenciar para que a Companhia se prepare adequadamente e com a necessária antecedência para a sucessão de seus executivos, particularmente do Diretor Presidente e dos principais executivos; e

d) diligenciar e acompanhar as ações tomadas para garantir a adoção, pela Companhia, de um modelo de competências e liderança, atração, retenção e motivação, alinhado com seus planos estratégicos.

CAPÍTULO VIII

Conselho Fiscal

Artigo 43. A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto por 03 (três) membros e igual número de suplentes com as atribuições, competência e remuneração previstos em lei, com mandato de 01 (um) ano, admitida a reeleição, e funcionará em caráter não permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral, nas hipóteses legais.

§ 1º Uma vez instalado o Conselho Fiscal, a posse de seus membros está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que alude o Regulamento do Novo Mercado e à Política de Divulgação e Negociação adotada pela Companhia.

§ 2º O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.

§ 3º Serão aplicáveis aos seus membros as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

CAPÍTULO IX

Ofertas Públicas

Seção I – Alienação de Controle

Artigo 44. A Alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, neste Estatuto e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante.

§ 1º O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações enquanto o adquirente do controle, ou aqueles que vierem a deter o Poder de Controle, não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores de que trata o Regulamento do Novo Mercado.

§ 2º Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle da Companhia poderá ser registrado em sua sede sem que seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência a que se refere o Parágrafo acima.

§ 3º O adquirente do controle fica obrigado a, após a liquidação financeira da oferta pública a que se refere o *caput*, tomar as medidas cabíveis para que, nos 06 (seis) meses subsequentes, as Ações em Circulação representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações de emissão da Companhia.

§ 4º No caso de alienação do controle de pessoa jurídica que detenha o Poder de Controle da Companhia, deverá o Acionista Controlador Alienante declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 45. A oferta pública a que se refere o Artigo 44 acima deverá ser também observada em caso de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia.

Seção II – Aquisição de Participação Relevante

Artigo 46. Qualquer pessoa, acionista ou não, que, por conta própria ou em Atuação Conjunta com outra pessoa ("Adquirente de Participação Relevante"), venha a adquirir ou se tornar titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas, de ações de emissão da Companhia representativas de 20% (vinte por cento) ou mais do seu capital social ("Participação Relevante"), estará obrigado a efetivar uma oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas pelo maior valor por ação pago pelo Adquirente de Participação Relevante nos 06 (seis) meses anteriores, devidamente atualizado pela Taxa SELIC.

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

§1º Será lícito ao Adquirente de Participação Relevante deixar de formular a oferta pública de que trata este Artigo desde que, cumulativa e tempestivamente: (a) comunique à Companhia sua intenção de utilizar a faculdade prevista neste Parágrafo em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do momento em que se tornar titular da Participação Relevante; e (b) aliene em bolsa de valores a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia que exceda a Participação Relevante, em até 30 (trinta) dias úteis contados da data da notificação de que trata o item (a) deste Parágrafo.

§2º Para fins do cálculo do limite de 20% (vinte por cento) previsto no *caput* deste Artigo, excluem-se as ações em tesouraria detidas pela Companhia.

§3º A oferta de que trata este Artigo não será obrigatória caso algum acionista, acionistas unidos por acordo de voto registrado na Companhia, ou acionistas entre os quais haja relação de controle ou que estejam sob controle comum, sejam titulares de mais da metade do capital social no momento da aquisição da Participação Relevante, excluindo-se para efeitos deste cálculo as ações em tesouraria detidas pela Companhia.

§4º A obrigação de realizar oferta de que trata o *caput* deste Artigo não incidirá caso incida a obrigação de realizar a oferta de que trata o Artigo 44.

Seção III – Obrigação de Ressarcir

Artigo 47. Nas hipóteses das ofertas dos Artigos 44 e 46 deste Estatuto, o ofertante ficará obrigado a pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta

pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida pelo ofertante em bolsa nos 06 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle ou da Participação Relevante, conforme o caso, devidamente atualizado pela Taxa SELIC até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o ofertante realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Seção IV – Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 48. Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral aprovem:

a) o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, a Companhia ou os acionistas ou Grupo de Acionistas que detiverem o Poder de Controle da Companhia deverão efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos 1º a 3º deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis; ou

b) a saída da Companhia do Novo Mercado, para que suas ações passem a ter registro fora do Novo Mercado ou em decorrência de reorganização societária na qual as ações da sociedade resultante não sejam admitidas à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovar a referida operação, os acionistas ou Grupo de Acionistas que detiverem o Poder de Controle da Companhia deverão efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas,

no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos 1º a 3º deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º Os laudos de avaliação referidos no *caput* deste Artigo deverão ser elaborados por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e do Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo.

§ 2º A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§ 3º Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 49. Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de

reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, ou, ainda, na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 48 acima.

§1º A referida Assembleia Geral deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, os quais, presentes na Assembleia Geral, deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§2º Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 50. A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 48 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse Artigo.

§ 2º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e ocorrendo a saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado por deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o descumprimento.

§ 3º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer por ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar uma Assembleia Geral na forma do Artigo 123 da Lei nº 6.404/76, destinada a tomar as decisões necessárias a sanar o descumprimento das obrigações constantes no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

§ 4º Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, os quais, presentes na assembleia, deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 51. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei nº 6.404/76 ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 52. – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO X

Do Juízo Arbitral

Artigo 53. A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, no presente Estatuto, nas normas editadas pelo CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XI

Exercício Social

Artigo 54. O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 55. Levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras do exercício e após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos

administradores no resultado do exercício, o lucro líquido ajustado terá a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que esta atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;

b) 50% (cinquenta por cento) para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados;

c) por proposta dos órgãos da administração, até 45% (quarenta e cinco por cento) para a constituição da reserva para investimentos, com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Companhia, visando a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos; e

d) o saldo terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral, observada a proposta do Conselho de Administração.

§ 1º A Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários e o Conselho de Administração poderá, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 2º Prescrevem em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 03 (três) anos a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas.

CAPÍTULO XII

Disposições Gerais

Artigo 56. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que funcionará durante o seu processamento.

Artigo 57. As atas de Assembleias Gerais, assim como as de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, serão emitidas mecanicamente, em folhas soltas e assinadas pelos presentes, para posterior encadernação. Quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas.

CAPÍTULO XIII

Definições

Artigo 58. Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo terão os seguintes significados:

“Acionista Controlador” significa o acionista ou Grupo de Acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia;

“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia;

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

“Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;

“Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria;

“Adquirente de Participação Relevante” tem o significado atribuído no Artigo 46 deste Estatuto;

“Alienação de Controle” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle;

“Atuação Conjunta” significa a atuação por pessoas, inclusive Grupo de Acionistas, que cooperam no sentido de adquirir Participação Relevante, nos moldes do Artigo 46 deste Estatuto;

“BM&FBOVESPA” tem o significado atribuído no Parágrafo Único do Artigo 1º. deste Estatuto;

“Companhia” significa Ultrapar Participações S.A.;

“Conselheiros Independentes” tem o significado atribuído no Artigo 18 deste Estatuto;

“Contrato de Participação no Novo Mercado” significa o contrato celebrado entre, de um lado, a BMF&BOVESPA e, de outro lado, a Companhia, os administradores e o Acionista Controlador, se houver, contendo obrigações relativas à listagem da Companhia no Novo Mercado;

“CVM” significa Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

“Estatuto” significa o Estatuto Social da Ultrapar Participações S.A.;

“Grupo de Acionistas” significa grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) estejam sob controle comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (b) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer *joint-ventures*, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (y) geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (z) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que, no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário;

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

"Membros Externos" tem o significado atribuído no Parágrafo 2º do Artigo 39 deste Estatuto;

"Participação Relevante" tem o significado atribuído no Artigo 46 deste Estatuto;

"Política de Divulgação e Negociação" significa a política que consolida as regras de divulgação de informações relevantes da Companhia ao público investidor e o uso de tais informações pela própria Companhia;

"Poder de Controle" significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante;

"Presidente" significa o presidente do Conselho de Administração;

"Regulamento de Arbitragem" significa o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado;

"Regulamento do Novo Mercado" tem o significado atribuído no Parágrafo Único do Artigo 1º. deste Estatuto;

"Regulamento de Sanções" significa o Regulamento de Aplicação de Sanções pecuniárias do Novo Mercado, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina a aplicação de sanções nos casos de

descumprimento total ou parcial das obrigações decorrentes do Regulamento do Novo Mercado;

"Taxa SELIC" significa a taxa apurada no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil;

"Termo de Anuência dos Administradores" significa o termo pelo qual os novos administradores da Companhia se responsabilizam pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento do Novo Mercado e com o Regulamento de Arbitragem;

"Termo de Anuência dos Controladores" significa o termo pelo qual os novos Acionistas Controladores ou o(s) acionista(s) que vier(em) a ingressar no grupo de controle da Companhia se responsabiliza(m) pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento do Novo Mercado e com o Regulamento de Arbitragem;

"Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal" significa o termo pelo qual os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, se responsabilizam pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Regulamento de Arbitragem; e

"Vice-Presidente" significa o vice-presidente do Conselho de Administração.

**Anexo II à Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária,
realizada em 19 de abril de 2017**

Em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, notadamente ao artigo 21, parágrafo 6º, e artigo 30, parágrafo 4º, a ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") informa abaixo as aprovações, rejeições e abstenções de cada deliberação tomada:

1. Aprovação do relatório e das contas da Administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal

Nº de votos a favor	363.894.932 / 86,9% dos acionistas presentes
Nº de votos contra	26.192 / 0,0% dos acionistas presentes
Nº de Abstenções	54.998.643 / 13,1% dos acionistas presentes

2. Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2016

Nº de votos a favor	387.052.362 / 92,4% dos acionistas presentes
Nº de votos contra	2.495 / 0,0% dos acionistas presentes
Nº de Abstenções	31.864.910 / 7,6% dos acionistas presentes

3. Fixação do número de membros para compor o Conselho de Administração em 9 (nove) membros

Nº de votos a favor	386.346.779 / 92,2% dos acionistas presentes
Nº de votos contra	2.495 / 0,0% dos acionistas presentes
Nº de Abstenções	32.570.493 / 7,8% dos acionistas presentes

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

4. Eleição dos membros do Conselho de Administração

Nº de votos a favor	379.215.969 / 90,5%dos acionistas presentes
Nº de votos contra	7.835.936 / 1,9%dos acionistas presentes
Nº de Abstenções	31.867.862 / 7,6%dos acionistas presentes

5. Fixação dos honorários da Administração

Nº de votos a favor	385.789.604 / 92,1%dos acionistas presentes
Nº de votos contra	621.129 / 0,1%dos acionistas presentes
Nº de Abstenções	32.509.034 / 7,8%dos acionistas presentes

6. Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes

Srs. Flávio César Maia Luz (efetivo) e Márcio Augustus Ribeiro (suplente)

Nº de votos a favor	386.909.565 / 92,4%dos acionistas presentes
Nº de votos contra	142.290 / 0,0%dos acionistas presentes
Nº de Abstenções	31.867.912 / 7,6%dos acionistas presentes

Srs. Geraldo Toffanello (efetivo) e Pedro Ozires Predeus (suplente)

Nº de votos a favor	386.909.565 / 92,4%dos acionistas presentes
Nº de votos contra	142.290 / 0,0%dos acionistas presentes
Nº de Abstenções	31.867.912 / 7,6%dos acionistas presentes

Srs. Nilson Martiniano Moreira (efetivo) e Paulo Cesar Pascotini (suplente)

Nº de votos a favor	386.978.603 / 92,4%dos acionistas presentes
Nº de votos contra	4.068 / 0,0%dos acionistas presentes
Nº de Abstenções	31.937.096 / 7,6%dos acionistas presentes

7. Fixação de suas remunerações

Nº de votos a favor	387.039.069 / 92,4%dos acionistas presentes
Nº de votos contra	7.816 / 0,0% dos acionistas presentes
Nº de Abstenções	31.872.882 / 7,6%dos acionistas presentes

8. Proposta de novo plano de incentivo baseado em ações

Nº de votos a favor	286.527.674 / 68,4%dos acionistas presentes
Nº de votos contra	65.727.926 / 15,7%dos acionistas presentes
Nº de Abstenções	66.664.167 / 15,9%dos acionistas presentes

9. Capitalização do montante total da reserva de retenção de lucros, com o consequente aumento do capital social da Ultrapar, sem a emissão de novas ações

Nº de votos a favor	380.282.345 / 90,8%dos acionistas presentes
Nº de votos contra	73.139 / 0,0%dos acionistas presentes
Nº de Abstenções	38.644.283 / 9,2%dos acionistas presentes

10. Alteração e consolidação do Estatuto Social da Ultrapar

Nº de votos a favor	380.000.469 / 90,7%dos acionistas presentes
Nº de votos contra	1.961 / 0,0%dos acionistas presentes

(Ata da AGOE da Ultrapar Participações S.A., de 19.04.2017)

Nº de Abstenções	38.917.337 / 9,7% dos acionistas presentes
------------------	---